

AS MAZELAS DO (DES)EMPREGO

Andreza Ribeiro Verçoza¹; Aysla Jardim França¹; Nair Yayoi Haikawa²; Juliana Siqueira da Silva^{3*}

¹ Graduanda em Serviço Social – Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Graduação em Serviço Social – Unilins, Mestrado em Serviço Social – Unesp, assistente social aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP, docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ³ Graduada em Serviço Social – FITL/AEMS; Esp. em Dependência Química – USP.

* autor correspondente: sik.juliana@gmail.com

RESUMO

Quando a crise atingiu seu ápice no final da década de 1970, no Brasil, na nova divisão internacional do trabalho, o setor produtivo descentralizou-se por decisão imposta por um processo inflexível de acumulação de capital. A partir desse momento, a expansão do setor desacelerou devido a um grande processo terceirizado da indústria brasileira. Diante da expansão, os trabalhadores foram expulsos do mercado de trabalho formal. A saída para a crise é fragmentada “trabalho” e a “autonomia” desempenha um papel central nesta implementação. Começando um negócio neste país, desta vez como um forte aliado, tivemos as microfinanças para a classe baixa.

PALAVRAS-CHAVE: crise; trabalho; trabalhadores; autonomia; microfinanças.

1 INTRODUÇÃO

O capital foi escrito por Marx para explicar acontecimentos econômicos do momento de sua escrita. Nos séculos XV e XVI, a sociedade capitalista surgiu na Inglaterra. Quando alguém trabalha mais e tem que vender seu próprio trabalho. A empresa que contratou compra sua força de trabalho. Alguns desses ganham tanto dinheiro que é difícil imaginar, como descrito por Marx (1987, p. 189).

O início dessa sociedade capitalista aconteceu nesse momento histórico. A divisão social do trabalho surgiu como resultado do desenvolvimento comercial e industrial na época. A maneira como o trabalho funcionava separa os trabalhadores dos camponeses das coisas que precisam para trabalhar: os meios de produção.

Nas sociedades em que a terra é propriedade, existem duas classes sociais principais. Uma condição necessária

para a constituição da separação da burguesia para o proletariado, o que acontece eventualmente com a revolução.

Não havia muitas terras de propriedade dos trabalhadores e grandes capitalistas possuíam as maiores propriedades. O governo tirou a liberdade das pessoas de vender sua força de trabalho e lhe garantem o suficiente para sobreviver, comer. As pessoas costumavam pensar que os trabalhadores individuais poderiam melhorar sua produtividade usando as pessoas que possuíam pequenas propriedades e poderem trabalhar livremente.

2 O QUE É TRABALHO?

O trabalho sempre esteve presente na vida dos seres humanos, pois foi por meio dele que as civilizações conseguiram se desenvolver e alcançar o nível atual. O trabalho é qualquer atividade física ou intelectual, realizada pelo

ser humano, cujo objetivo é fazer, transformar ou obter algo para realização pessoal e desenvolvimento econômico.

O conceito de trabalho é formado por elemento teológico que teve influência no ocidente greco-romano-helenista chegando até os nossos dias. Como mostra o Livro do Gênesis (3, 17); depois de pecar o homem foi amaldiçoado, ficando condenado a extrair seu sustento do suor, do cansaço, do labor de seu trabalho: “com dor comerás dela todos os dias da tua vida”.

Em resumo o trabalho, desde o início é classificado como: a troca de esforço para a obtenção de algo, inicialmente era o homem lavrando a terra diariamente, para dali obter o seu sustento e o de sua família, porém com o desenvolvimento da sociedade em si, essa troca tem exigido cada vez mais tempo e esforços do homem para adquirir o seu sustento.

O trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento. Ao olharmos para períodos históricos anteriores ao nosso, o período medieval, por exemplo, vemos que o trabalho rural é a principal forma de trabalho do período.

A produção de alimentos ou de outros bens de consumo estava relacionada com a necessidade daqueles que o produziam. Isso quer dizer que o homem agrário não produzia em função de lucro ou de moeda corrente, mas para consumo próprio. O comércio reduzia-se a formas rudimentares de troca de produtos produzidos por outros trabalhadores, assim, o trabalhador mantinha contato direto com o que produzia. Tratava-se de uma relação próxima entre produto, produção e consumo.

A relação entre trabalho e subsistência, ou sobrevivência, era íntima e direta. Foi por essa razão que Marx

definiu a força de trabalho como o bem “inalienável” do ser humano. A partir dessa perspectiva, o trabalho seria o bem mais importante do homem e aliená-lo, isto é, transferir o direito de proveito dos frutos desse trabalho para outra pessoa, seria o mesmo que alienar o direito à própria vida.

3 O QUE É TRABALHO NO MODO CAPITALISTA INDUSTRIAL

O trabalho no modo de produção capitalista assumiu um caráter negativo, pois dela decorre a exploração e a alienação do trabalhador (proletariado), dono da força de trabalho, pelo capitalista. E isso teve um relevante crescimento após os novos modelos de fábricas com linhas de produções industriais, aumentado ainda mais as divisões sociais.

O fordismo foi um modelo de produção industrial utilizado amplamente nos Estados Unidos da América e revolucionou a produção de automóveis, sendo adaptado para outras indústrias ao longo dos anos. Como o nome já diz, foi um modelo criado pelo idealizador das indústrias Ford, Henry Ford.

Ford aperfeiçoou uma prática que já existia na Europa, desenvolvida por Frederick Taylor, e a adaptou para suas indústrias automobilísticas. Com as adaptações, como a linha de montagem e a padronização dos produtos fabricados, a produtividade era alta, e o tempo de produção, muito baixo, o que resultou em um modelo de sucesso no início de sua implementação.

Neste modelo industrial “cada trabalhador realizava uma função específica, o que aumentava a produtividade e diminuía os custos”.

E por consequência este modelo de produção capitalista aumentou as divisões sociais no trabalho, onde inicialmente foram atribuídos cargos e salários e a indústria aumentava seus ganhos sobre o trabalhador. Vale

ressaltar que, para Marx, a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades.

Esta divisão é inerente ao trabalho humano e ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Desde as sociedades tradicionais a divisão do trabalho correspondia à divisão de papéis por gênero sendo sucedidas mais tarde, pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio. No entanto, ainda na visão do clássico, a divisão do (burguesia) dono dos meios de produção. Sendo essa relação antagônica, a essência causadora da desigualdade social moderna, a segmentação da sociedade.

Relembrando, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, que por sua vez, se apropria do produto do trabalho do proletário. Neste contexto a força de trabalho se torna uma mercadoria, vendida ao empresário capitalista por um salário baixo, o mínimo possível para a sobrevivência do proletariado.

Toda essa relação de exploração, de acordo com Marx, acontece sob a forma legal da propriedade privada dos meios de produção.

Segundo Caetano (2009, p. 27):

O estado de alienação do proletariado, resultado da divisão do trabalho, se reflete nas formas de dominação da burguesia. Marx afirma que o Estado é um instrumento criado pela burguesia para garantir seu domínio econômico sobre o proletariado, preservando e protegendo a propriedade privada dos meios de produção. O aparato jurídico, por sua vez, seria o responsável por garantir a igualdade entre os homens, camuflando a divisão da sociedade entre classes sociais distintas e com interesses opostos. A ideologia seria a encarregada de difundir a visão de mundo e os valores burgueses, legitimando e consolidando seu poder.

obstaculiza o pleno desenvolvimento dos homens, deixa de ser essencialmente humano e torna-se um trabalho alienado, com um único objetivo, satisfazer as necessidades criadas para a reprodução e acumulação do capital. E se torna cada vez mais difícil a medida em que são estabelecidos novos padrões industriais, como exemplo, o toyotismo.

Após a era do fordismo, inicia-se um novo período Industrial, o toyotismo. Este é um modelo de produção industrial que surge no Japão, no final da década de 1970, como uma alternativa ao fordismo, desenvolvido por Taiichi Ohno e Eiji Toyoda e implementado nas fábricas japonesas da Toyota.

A principal característica do toyotismo é a adoção do sistema *just-in-time*, que busca aumentar a eficácia da produção pelo atendimento à demanda dos consumidores, evitando a formação de grandes estoques de matérias-primas e produtos acabados, além de reduzir ao máximo o desperdício.

Nesse tipo de produção usa-se tecnologia de forma intensiva e emprega-se mão de obra altamente qualificada e multitarefas, além de um rígido controle de qualidade, realizado durante todas as etapas da produção.

Redução dos postos de trabalhos e aumento de empresas terceirizadas, ou seja, mais um novo modelo de produção que usa de intensa tecnologia e mão de obra altamente qualificada, o que reincide no aumento da população de desempregados e níveis de desigualdade social.

O toyotismo expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais serão desenvolvidos adiante (“Time for a Global New Deal”, em *Foreign Affairs* (Londres) jan/fev/1994, v. 73, n. 1, p. 8).

Portanto, o trabalho no capitalismo

Esse histórico forma o arcabouço legal para a experiência de crédito

popular no Brasil, embora tenham surgido no final da década de 1970, consolidaram-se no século XXI. Discutir a política de microfinanças da cidade de São Paulo, instituída em 2001, com criação da Central de Crédito de Massa “São Paulo Confia” através da Secretaria Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), Pochmann (2002) chama a atenção decisões da política de microfinanças brasileiras. Segundo os autores, desde 2001, a natureza institucional da discussão do Comitê da Comunidade Solidária, por Banco Central e Receita Federal, que integra a mundo.

O crédito por si só não representa uma ferramenta auxiliar de emancipação e resgate da cidadania se não é acompanhado de outras políticas públicas de desenvolvimento local e se não há uma política macroeconômica que incorpore a preocupação com a necessidade de distribuição de renda e redução da pobreza (POCHMANN, 2002, p. 178).

No entanto, é necessário integrar as políticas de microfinanças com os programas Sociais não acontece como uma estratégia decorrente de uma necessidade específica dos trabalhadores, mas, como parte dos interesses do mercado internacional, tornando o capital continue com “menos Pobreza no Brasil”. É preciso reconhecer que, embora as falas sugiram que uma cidade que insiste na “inclusão social” e no “desenvolvimento local”, as microfinanças, nascidas em grandes instituições financeiras, confirmam sua origem crédito público.

Discutindo o capitalismo tardio na guerra pós-1945, Mandel (1982) faz uma análise incisiva da tática do aparelho de Estado burguês, quando diz que “a função de proteger e legalizar institucionalmente a propriedade privada é isso necessariamente permeia a estrutura típica das grandes crenças e ações a maioria (MANDEL, 1982, p. 3).

Propostas que tendem a negar a propriedade setor privado voltam-se para a política incentivando o “autoemprego”. A sociedade sem a máquina estatal para legitimá-la é impossível. Novamente, nós mencionamos a natureza paradoxal das formas organizacionais capitalistas: uma exploração precisa da forma social coletiva, mas para reproduzi-la precisa da forma individual.

Utilizando Piore e Sabel (1984), Harvey (1996, p. 176) afirma que, no final do século XX, “novas tecnologias abriram a reconstrução das relações de trabalho e sistemas de produção baseados em bases sociais, econômicas e geográficas completamente diferente”. Segundo os autores, essa mudança tecnológica acabou levando a uma nova organização de trabalho flexível e econômica baseada na caminhada, paralelo ao processo de financeirização do capital para facilitar o mercado financeiro articular a política social, mas a posse e a concentração do lucro gerado pela política macroeconômica continuam a ser manipulados pelas mãos de poucos.

Nesta análise, o discurso incentiva o trabalho individual no capitalismo e questões contemporâneas, desmistificando com propostas de “inclusão social” a base para isso é a natureza da organização capitalista. Embora motivador, o empreendedorismo por meio de uma pequena empresa parece ser uma alternativa a produção capitalista tradicional, interpretada a partir do sistema formal do mercado de trabalho representando a classe trabalhadora e os empregadores, questão social.

De um lado prevalece a compreensão de que a concessão de crédito popular é um meio, portanto ferramenta auxiliar no processo de emancipação socioeconômica; do outro, está a visão sistêmica de concessão do crédito formada por um mercado potencial, uma metodologia e regras de acesso e um conjunto de instituições financeiras cujo

objetivo final é garantir sua sobrevivência econômica com a concessão de microcrédito para os empreendedores de baixa renda (POCHMANN, 2002, p. 181-182).

Considerando que o crédito público foi criado como alternativa, o Estado burguês cobra impostos, e é paradoxal atribuí-los a uma natureza de liberação socioeconômica do crédito bancário.

Ora, se a política de microcrédito, representada pela pequena empresa, partisse da necessidade dos desempregados, poderíamos levar em consideração não a quantidade desmedida de créditos concedidos, mas quantos precisam trabalhar. Em muitos programas de crédito popular, a baixa renda não é critério de “inclusão social”, o que difere dos princípios de outras políticas sociais, a exemplo, a política da assistência.

Nesse sentido, é também contraditório atribuir à política de crédito popular um caráter de política “auxiliar no processo de emancipação socioeconômica” no que concerne a vinculação do crédito com as políticas sociais: para ter acesso à assistência o indivíduo precisa comprovar baixa renda, mas para ter acesso a política de crédito popular serve qualquer indivíduo disposto e “livre” para vender mercadorias, mesmo que a sua “capacidade empreendedora” seja um fiasco.

4 A PEQUENA PROPRIEDADE E O TRABALHO INDIVIDUAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Especialmente no século XXI, com a financeirização, a crise da acumulação capitalista atingiu tal nível que tende a desenvolver técnicas capazes de confundir o trabalho pessoal com a propriedade capitalista. Segundo os conceitos marxistas, quando ainda não existia o caráter internacional do regime capitalista, a pequena propriedade privada era a condição real para o desenvolvimento

da produção social e da livre personalidade dos trabalhadores, aqueles que possuíam a terra como parte da propriedade.

Apesar dessa percepção, Marx (1987, p. 882) concluiu “A transformação da propriedade privada baseada no trabalho individual em propriedade privada capitalista é naturalmente um processo mais longo e mais difícil. Os pequenos negócios e a informalidade são mecanismos de extração de mais-valia nessa etapa do processo de acumulação capitalista”.

No momento em que a concorrência intercapitalista suscita uma maior concentração e centralização do capital tanto nos setores produtivos como no financeiro, concedendo maior importância aos grandes oligopólios, é evidente que a pequena empresa só pode ser útil do ponto de vista da redução de custos do trabalho (pelas condições precárias da oferta), fato que adquire relevância para o objetivo capitalista quando esta funciona como intermediária ao grande capital, ou seja, recruta a força de trabalho barata para garantir a produtividade necessária à formação de valor e mais-valia (TAVARES, 2004, p. 186-187).

Curiosamente, apesar de suas peculiaridades, a pequena empresa – espaço que integra o “autoemprego” não é produto direto do modelo de acumulação flexível, nem toda pequena empresa opera informalmente nessa relação. Segundo Tavares (2004, p. 184), “A flexibilidade apenas recria a terceirização, regenerando a pequena indústria com base nas exigências atuais da acumulação capitalista”.

Segundo Marx (1987, p. 851), este reconhecimento foi oficializado com o estabelecimento de uma “legislação sanguinária” contra vagabundagem dos trabalhadores camponeses expropriados, objetivando “disciplinar” o trabalho assalariado na gênese capitalista. A violência, a

prisão, o rebaixamento dos salários e a regulação do trabalho, constituíram os métodos necessários a este processo. “A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependessem deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam.

Na origem do processo de acumulação capitalista, a divisão do social do trabalho, com a consolidação da propriedade capitalista, aparece o resultado histórico da expropriação e conquistas dos trabalhadores migrantes, desempenhar um papel na formação do mercado de trabalho capitalista.

Na Inglaterra foi reconhecido oficialmente a pobreza como resultado desse processo. Historicamente, a cada novo desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho vem perdendo seu caráter sócio-histórico, reproduzindo-se a uma manifestação específica que apenas induz a sua inclusão pelo capital. Nesse sentido, cabe resgatar o conteúdo histórico que ilumina a relação entre problemas sociais e trabalho, a partir dessas origens da composição relacional capitalista. Embora na época fosse impossível falar de duas classes unificadas, capitalista e proletários, a relação contraditória e indivisível entre trabalhadores e burguesia era inerente a essa forma social, como por exemplo, poder trabalhar livremente, através de suas pequenas posses.

Na atual fase do ciclo capitalista, o acesso à produção individual é substituído pelo “status” de “trabalho autônomo”, reivindicando pelo capital como forma de exploração e mistificação da classe trabalhadora. Mesmo a forma de “autonomia” do capital sendo apenas uma vantagem para a venda de mercadoria construída em pequenas empresas.

Embora os candidatos empreendedores não realizassem as atividades produtivas para o capital, ou seja, não vendessem sua força de trabalho em troca

um salário, as decisões capitalistas ainda prevaleceram. Do ponto de vista trabalhador, essa forma de trabalho é necessária para prover sua sobrevivência, sugerindo que os incentivos para as pequenas empresas são, em última análise, concebidos para deixar a tarefa de explorar a si e aos outros para os trabalhadores (TAVARES, 2004, p. 186).

Como é absurdo falar de uma sociedade capitalista com distinções de classes, um antídoto para a noção de que há um domínio de trabalhadores “independentes” também “empreendedores” no mercado de trabalho, podem anular a definição de classe trabalhadora. Essa arte é incompatível com o neoliberal, onde o capitalismo contemporâneo, tenta prevenir os perigos do desastre. Ele começou a usar dos meios legais do Estado para garantir a dissolução dos direitos dos trabalhadores derrotados de acordo com a história.

Do ponto de vista neoliberal, é preciso acreditar que, ao consolidar a classe trabalhadora, “donos” por meio de uma política de microcrédito, o Estado associado ao sistema capitalista não faz isso, você precisa se preocupar com “questões estranhas”, como a garantia de direitos civis. Portanto, tanto o bom como o mau trabalhador tornam-se impróprios.

A sociedade de classes é uma forma que corresponde a dois limites historicamente precisos: ela é impossível em um estágio de desenvolvimento das forças produtivas que ainda não permita o trabalho excedente. E ela é desnecessária quando o desenvolvimento das forças produtivas gera uma situação objetiva de abundância, na qual a exploração do homem pelo homem se converte num entrave – e não mais condição imprescindível – para o desenvolvimento das forças produtivas (LESSA, 2006, p. 5).

Isso explica a estratégia da capital, ao utilizar uma pequena empresa, para buscar pequenos empréstimos

como alternativa ao desemprego. Sabe-se que a promoção de negócios por meio da política de pequeno crédito não nega a possibilidade de que as pessoas envolvidas tenham sido exploradas por uma grande quantia de dinheiro, enquanto a crença na falsa independência reforça ainda mais a dificuldade de mudar essa relação teste.

A determinação ontológica das categorias sociais a partir da estrutura é discutida produção, diz Lessa Na sociedade de classes, entendemos a diferença: capitalistas e proletariados, que discurso do vídeo política que promove o microcrédito tenta integrá-lo, transformando-o em a classe dos “empresários capitalistas”. No entanto, esta “nova categoria” não está em capitalista, é importante notar, não para de dizer que os trabalhadores são demitidos do mercado de trabalho, os recém-chegados contam com a política social para encontrar trabalho. Se houver uma condição desfavorável da classe trabalhadora, em geral capitalistas, não é necessário entender a mediação do “trabalho privado” torna-se um fator ativo na sociedade capitalista, que está longe de se cansar desse debate.

Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza também se produz a miséria; que nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão, que essas relações só produzem riqueza burguesa, ou seja, a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente (MARX, 2009, p. 139).

Nessa visão, é limitante pensar em qualquer debate para promover “trabalho independente” no capitalismo

moderno sem a essência do capitalismo, qualquer que seja essa forma o trabalho não tem função produtiva do dinheiro. Condições de vida difíceis e o trabalho de pessoas que obtêm informações de crédito populares para obter acesso as operações contêm, em suas raízes, interesses capitalistas. Os limites impostos pelo mercado eliminam qualquer tentativa de “socialização” pelo mercado financeiro, se salientou que a única lei válida ainda parece ser a lei do valor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma revisão de experiências de crédito populares, seguindo uma abordagem crítica dialética, que inclui apenas o símbolo do longo caminho na busca de decisões históricos de crédito, o caminho para a gênese desta relação econômica permite mostrar a nova face do trabalho individual no capitalismo moderno, os pequenos negócios. Esse novo rosto muitas vezes nega o conteúdo histórico da obra, porque do discurso político de promoção de uma forma de trabalho “autônomo”.

Esta situação, para além da crise econômica ter sido transferida para política social, é um problema com gênese nas estruturas das aulas comunitárias. O que é revelado nessa discussão não é até que ponto, o “trabalho privado” está ativo no processo de acumulação capitalista. Embora se perceba que se está sob seu próprio julgamento, opta-se pela análise ambiental uma mistura de “trabalho independente” em prol da ambiguidade da relação do trabalho social.

Nesta situação, quando os trabalhadores “livres e independentes” são reduzidos à própria sorte, a busca sem fim do trabalho, deixa de ser o triunfo do trabalho concreto para procurar crédito rápido e sorte. Não é uma nova capitalização de artefatos simbólicos com os quais as pessoas podem se enganar para garantir a sua subsistência.

A novidade é o fato de que a

utilização do crédito concedido pelo Estado, em cooperação com os bancos, pode ser dispendiosa para o trabalhador, custando mais do que viver no universo dos desempregados: dívida contratada de crédito bancário, devido à natureza vulnerável das pequenas empresas onde competem com muito dinheiro. Além disso, a política de crédito impõe aos funcionários o ônus de se “denunciar cheque”, mesmo que para trabalhar você precise fazer um empréstimo, seja muito menor o setor manufatureiro e o setor financeiro do dinheiro. Embora a lógica existente de capitalismo contemporâneo é transformar as conquistas das classes trabalhadoras em o que é possível para os outros, do ponto de vista da “microeconomia”, as possibilidades reais se foram.

É claro que a carga tributária imposta às pequenas empresas, a desregulamentação de custos trabalhistas ou a sobrevivência dessas empresas é menor do que muito dinheiro. A política de crédito popular torna-se uma ferramenta, ou uma ilusão, para se colocar os trabalhadores no mercado de trabalho. E justamente por ser uma forma como podemos visualizar seu desempenho real em seu processo de acumulação capitalista, é capturado, econômica e politicamente, para entender as relações de trabalho e centralizar a posição hegemônica do mercado, o lugar real da produção, as fortunas e dificuldades do trabalho no capitalismo do novo mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAZ M. Economia Política: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo: Cortez. Biblioteca básica de Serviço Social, v. 1, 2007.

BIHR, A. Da Grande noite à alternativa:

o movimento operário em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: In: O Estado na fase do capitalismo tardio. Abril Cultura, 1982.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. v. 2. Miséria da filosofia. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e solidariedade. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, M. A. Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

ZUCK, D. V. Trabalho e Educação: apropriações teóricas a partir de Marx e Smith. Paraná, 2013.